

TÉCNICO EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no Caderno de Provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo pleiteado, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **50** questões. Com cinco alternativas identificadas pelas letras **A, B, C, D e E** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:
○●○○○

Atenção: Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas objetivas, salvo à disposição do IDCAP.

- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, a não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.



TEMPO DE PROVA:

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h (três horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1	6	11	16	21	26	31	36	41	46
2	7	12	17	22	27	32	37	42	47
3	8	13	18	23	28	33	38	43	48
4	9	14	19	24	29	34	39	44	49
5	10	15	20	25	30	35	40	45	50

RASCUNHO

Benefícios de Servidores Públicos Civis e Militares

Questão 01

(Correta: A)

De acordo com a Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não havendo candidato habilitado em concurso, os cargos vagos, isolados ou de carreira, só poderão ser ocupados no regime da legislação trabalhista, até o prazo máximo de 2 (dois) anos, considerando-se findo o contrato após esse período, vedada a recondução.
- (B) É admitido atribuir ao funcionário serviços diversos dos inerentes ao seu cargo, exceto as funções de chefia e direção e as comissões legais.
- (C) Será de 5 (cinco) anos de efetivo exercício o interstício para concorrer ao acesso.
- (D) As instruções especiais não poderão determinar que a execução do concurso, bem como a classificação dos habilitados, seja feita por regiões.
- (E) O funcionário não poderá ser transferido de um para outro cargo de provimento efetivo.

Questão 02

(Correta: D)

Conforme a Lei n.º 9.717/98 – Dispões sobre regras gerais sobre a organização e funcionamento dos Regimes Próprios da Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.

II.A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo e superior ao dobro desta contribuição.

III.As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, desassegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.

- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 03

(Correta: B)

Conforme a Lei n.º 10.177/98 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. Disponível em: Lei n.º 10.177, de 30 de dezembro de 1998 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A motivação não poderá indicar as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.
- (B) A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.
- (C) A motivação do ato no procedimento administrativo não poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.
- (D) A administração iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administrativo que lhe sirva de fundamento.
- (E) Nos atos discricionários, não será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

Questão 04

(Correta: C)

Conforme a Portaria SPPREV n.º 25/2012 – Dispõe sobre novo procedimento para concessão de aposentadoria no Estado de São Paulo, determinando o envio de Processo de Aposentadoria SPPREV, que deve reunir documentos essenciais e suficientes para concessão do benefício de aposentadoria através de trâmite digital monitorado pelo Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários – SIGEPREV, e posterior fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, tornando o procedimento dinâmico e célere, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.A SPPREV solicitará, conforme a necessidade, os documentos comprobatórios que necessitar.

II.O Processo Único de Contagem de Tempo – PUCT, não será aceito em substituição ao Processo de aposentadoria SPPREV, e, quando for o caso, poderá ser requisitado pela SPPREV para eventual averiguação e/ou confirmação dos atos.

III.O não cumprimento das determinações desta Portaria acarretará a devolução dos processos ao órgão de origem para adequação necessária.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 05

(Correta: A)

Considere as afirmativas relacionadas a Portaria MPS n.º 154/2008 – Disciplina Procedimentos sobre a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(___) Até que seja instituído sistema integrado de dados que permita a emissão eletrônica de CTC pelos RPPS, a certidão deverá ser datilografada ou digitada e conterá numeração única no ente federativo emissor, não podendo conter espaços em branco, emendas, rasuras ou entrelinhas que não estejam ressalvadas antes do seu desfecho.

(___) A primeira via original da CTC deverá ser arquivada no órgão emissor ou na unidade gestora do RPPS, para fins de controle.

(___) No caso de acumulação ilícita de cargos efetivos no mesmo ente federativo, só poderá ser emitida CTC relativamente ao tempo de contribuição no cargo do qual o servidor se exonerou ou foi demitido.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V, F, V.
- (B) F, F, V.
- (C) V, F, F.
- (D) F, F, F.
- (E) V, V, V.

Questão 06

(Correta: E)

Em relação ao Código Civil, sobre união estável e dos tutores, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As relações pessoais entre os companheiros não deverão obedecer aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
- (B) As relações eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.
- (C) Na união estável, sem exceção, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.
- (D) A união estável não poderá converter-se em casamento.
- (E) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Questão 07

(Correta: B)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.354/2020 – Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências, analise as assertivas e identifique as **CORRETAS**.

O servidor com deficiência será aposentado voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo no exercício do serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo, nível ou classe em que for concedida a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

I.20 (vinte) anos de contribuição, se mulher, e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência grave;

II.24 (vinte e quatro) anos de contribuição, se mulher, e 29 (vinte e nove) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência moderada;

III.30 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 335 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência leve;

IV.55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 08

(Correta: D)

Em relação a Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Aproveitamento é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade.
- (B) Acesso é a elevação do funcionário, dentro do respectivo quadro a cargo da mesma natureza de trabalho, de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuições, obedecido o interstício na classe e as exigências a serem instituídas em regulamento.

- (C) Readmissão é o ato pelo qual o ex-funcionário, demitido ou exonerado, reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de prejuízos, assegurada, apenas, a contagem de tempo de serviço em cargos anteriores, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- (D) Reintegração é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de inspeção médica.
- (E) Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público a pedido ou ex-officio.

Questão 09

(Correta: E)

Em relação a Lei n.º 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É admitida a remoção ou transferência do funcionário durante o exercício do mandato.
- (B) Os dias em que o funcionário deixar de comparecer ao serviço em virtude de mandato legislativo municipal não serão considerados de efetivo exercício para todos os eleitos legais.
- (C) O tempo de serviço público prestado à União, outros Estados e Municípios, e suas autarquias, anteriormente ao ingresso do funcionário no serviço público estadual, não será contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
- (D) O tempo de serviço público, assim considerado o exclusivamente prestado ao Estado e suas Autarquias, não será contado singelamente para todos os fins.
- (E) A posse poderá ser tomada por procuração quando se tratar de funcionário ausente do Estado, em comissão do Governo ou, em casos especiais, a critério da autoridade competente.

Questão 10

(Correta: C)

De acordo com a Lei n.º 10.177/98 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os atos de conteúdo normativo e os de caráter geral serão numerados em séries específicas, seguidamente, com renovação anual.
- (B) Será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.
- (C) A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal.
- (D) Os atos administrativos, inclusive os de caráter geral, entrarão em vigor na data de sua publicação, mesmo se houver disposição expressa em contrário.

- (E) Os atos administrativos produzidos por escrito não indicarão a data e o local de sua edição, e conterão a identificação nominal, funcional e a assinatura da autoridade responsável.

Questão 11

(Correta: B)

De acordo com a Lei n.º 10.177/98 – Regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Todo aquele que for afetado por decisão administrativa poderá dela recorrer, em defesa de interesse ou direito.
- (B) Qualquer sanção administrativa será aplicada à pessoa física ou jurídica pela administração Pública, sem que lhe seja assegurada ampla defesa, em procedimento sancionatório.
- (C) São irrecorríveis, na esfera administrativa, os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.
- (D) O órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outro, para instrução de procedimento administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.
- (E) Os procedimentos serão impulsionados e instruídos de ofício, atendendo-se à celeridade, economia, simplicidade e utilidade dos trâmites.

Questão 12

(Correta: E)

Considere as afirmativas relacionadas a Lei Complementar n.º 1.354/2020 – Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) É admitida a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, no âmbito deste regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

(__) A concessão de aposentadoria ao servidor público estadual titular de cargo efetivo e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta lei complementar, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

(__) O requisito de 5 (cinco) anos no nível ou classe não impedirá o servidor de aposentar-se com fundamento na

totalidade da remuneração desde que lotado no cargo em que se der a aposentadoria pelo período mínimo exigido de 5 (cinco) anos, hipótese dos proventos serão calculados e fixados com base no cargo, na classe ou nível anterior, independente do atendimento pelo servidor neste penúltimo cargo, classe ou nível do requisito de 5 (cinco) anos nessa condição.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) F, F, F.
- (B) F, V, F.
- (C) V, V, F.
- (D) V, V, V.
- (E) F, V, V.

Questão 13

(Correta: D)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.354/2020 – Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.
- (B) O cálculo dos proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo considerará a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo, desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (C) Os benefícios calculados nos termos do disposto no artigo anterior serão reajustados na mesma data utilizada para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com base no Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.
- (D) A pensão por morte devida no mês de dezembro de cada ano não será acrescida do 13º (décimo terceiro) pagamento.
- (E) As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 14

(Correta: D)

De acordo com a Instrução Normativa SEPRT n.º 5, de 15 de janeiro de 2020 ? Estabelece orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões e das demais disposições relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são estabelecidos exclusivamente na Instrução Normativa SEPRT n.º 5, de 15 de janeiro de 2020.
- (B) Cessada a vinculação do militar temporário à respectiva corporação, o tempo de serviço militar não será objeto de contagem recíproca para fins de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social ou em regime próprio de previdência social.
- (C) A remuneração na inatividade é redutível e não deve ser revista automaticamente na mesma data da revisão da remuneração dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do correspondente posto ou graduação.
- (D) Incide contribuição sobre a totalidade da remuneração dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, ativos ou inativos, e de seus pensionistas, com alíquota igual à aplicável às Forças Armadas, cuja receita é destinada ao custeio das pensões militares e da inatividade dos militares.
- (E) O tempo de serviço militar e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem isolada e unilateral para fins de inativação militar ou aposentadoria.

Questão 15

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.010, de 01 de junho de 2007 – Dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM, analise as assertivas e identifique as corretas:

A SPPREV tem por finalidade administrar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos - RPPS e o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM, cabendo-lhe:

I - a administração, o gerenciamento e a operacionalização dos regimes.

II - celebrar convênios ou consórcios com outros Estados ou Municípios com o objetivo de pagamento de benefícios.

III - a arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessários ao custeio dos regimes.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 16

(Correta: B)

De acordo com a Lei Federal n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O militar reformado por incapacidade definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas ou reformado por invalidez é desobrigado a submeter-se à inspeção de saúde a cargo da Administração Militar.
- (B) A remuneração dos militares ativos e inativos é encargo financeiro do Tesouro Nacional.
- (C) A passagem do militar à situação de inatividade por reforma será efetuada somente a pedido.
- (D) Será licenciado ou desincorporado, na forma prevista na legislação pertinente, o militar temporário que for considerado inválido.
- (E) O militar reformado por incapacidade definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas ou reformado por invalidez não poderá ser convocado, por iniciativa da Administração Militar, a qualquer momento, para revisão das condições que ensejaram a reforma.

Questão 17

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar n.º 452, de 02 de outubro de 1974 e alterações – Institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas, analise as assertivas e identifique as corretas:

São contribuintes obrigatórios:

- I. Os militares do serviço ativo.
- II. Os militares agregados ou licenciados.
- III. Os militares da reserva remunerada, mas não os reformados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 18

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.013, de 06 de julho de 2007 – Altera a Lei n.º 452, de 2 de outubro de 1974, e o Decreto Lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, e dá providências correlatas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A invalidez ou a incapacidade supervenientes à morte do militar, em regra, conferem direito à pensão.
- (B) Ficam desassegurados aos atuais pensionistas os direitos previdenciários previstos na legislação vigente antes da data da publicação desta lei complementar, enquanto mantiverem as condições que, sob a égide da legislação anterior, lhes garantia o benefício.
- (C) O direito à pensão está sujeito à decadência ou prescrição.
- (D) Durante o pagamento do auxílio-reclusão o policial militar não deixará de perceber vencimentos.
- (E) A pensão atribuída ao filho inválido ou incapaz será devida enquanto durar a invalidez ou incapacidade.

Questão 19

(Correta: E)

De acordo com a Lei Complementar n.º 180/78 – Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona o termo com o conceito:

Primeira coluna: termo

- 1. Função de serviço público
- 2. Quadro
- 3. Classe

Segunda coluna: conceito

- (__) Conjunto de cargos e/ou funções-atividades, da mesma denominação e amplitude de vencimentos;
- (__) Conjunto de atribuições cometidas a funcionário público ou a servidor;
- (__) Conjunto de cargos e de funções-atividades pertencentes a Secretaria de Estado ou a autarquia;

Assinale a alternativa apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 1, 2, 3.
- (B) 2, 3, 1.
- (C) 2, 1, 3.
- (D) 3, 2, 1.
- (E) 3, 1, 2.

Questão 20

(Correta: C)

Conforme com a Lei Complementar n.º 500/74 – Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Ao assumir o exercício o servidor não necessitará apresentar certificado de sanidade e capacidade física fornecido por órgão médico oficial.
- (B) Se o exercício não se iniciar dentro do prazo, será a admissão declarada com efeito.
- (C) As autoridades que admitirem servidores nos termos da legislação trabalhista além da observância das normas previstas nesta mesma legislação deverão providenciar, sob pena de responsabilidade funcional, sua inscrição para fins previdenciários e o recolhimento das respectivas contribuições.
- (D) O servidor admitido deverá assumir o exercício dentro do prazo improrrogável de 100 (cem) dias.
- (E) O salário do servidor poderá ultrapassar os limites fixados por lei para o vencimento do cargo a que corresponder.

Questão 21

(Correta: C)

Considere as afirmativas relacionadas a Lei Federal n.º 13.135/15 – Altera as leis n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, n.º 10.876, de 2 de junho de 2004, n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor e desde que comprovada dependência econômica, na forma estabelecida em regulamento.

() Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

() O auxílio-doença poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 (doze) salários-de-contribuição, inclusive em caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) F, V, F.
- (B) V, V, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, V.
- (E) F, F, V.

Questão 22

(Correta: E)

Conforme a Lei Federal n.º 7.713/88 – Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Fica admitida a classificação por cédulas dos rendimentos e ganhos de capital percebidos pelas pessoas físicas.
- (B) A falta ou insuficiência de recolhimento do imposto ou de quota deste, nos prazos fixados nesta Lei, apresentada ou não a declaração, não sujeitará o contribuinte às multas e acréscimos.
- (C) Ficam obrigatórios todos os dispositivos legais concessivos de isenção ou exclusão, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de rendimentos e proventos de qualquer natureza, bem como os que autorizam redução do imposto por investimento de interesse econômico ou social.
- (D) Ficam facultativos todos os dispositivos legais que autorizam deduções cedulares ou abatimentos da renda bruta do contribuinte, para efeito de incidência do imposto de renda.
- (E) Ficam revogados todos os dispositivos legais concessivos de isenção ou exclusão, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de rendimentos e proventos de qualquer natureza, bem como os que autorizam redução do imposto por investimento de interesse econômico ou social.

Questão 23

(Correta: E)

Conforme a Lei n.º 14.653/11 – Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona o termo com o conceito:

Primeira coluna: termo

1. Contribuição
2. Plano de benefícios previdenciários complementares
3. Atividade-fim

Segunda coluna: conceito

() Aquela relacionada à gestão das reservas garantidoras, à gestão do passivo atuarial, à gestão e ao pagamento dos benefícios previdenciários complementares e demais atividades próprias de entidades fechadas de previdência complementar, podendo haver a contratação de gestores de recursos, de pessoas jurídicas especializadas na custódia de valores mobiliários, serviços jurídicos, consultorias atuariais, auditorias externas independentes e serviços de tecnologia da informação.

() O conjunto de obrigações e direitos derivado das regras do regulamento definidoras do custeio e dos benefícios de caráter previdenciário, que possui patrimônio próprio, independência patrimonial, contábil e financeira com relação aos demais planos de benefícios previdenciários complementares administrados pela

SP-PREVCOM, inexistindo solidariedade entre os planos.

(__) Os valores vertidos ao plano de benefícios previdenciários complementares pelos participantes e pelo patrocinador, com o objetivo de constituir as reservas que garantam os benefícios contratados e custear despesas administrativas da SP-PREVCOM.

Assinale a alternativa apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2, 1, 3.
- (B) 1, 2, 3.
- (C) 3, 1, 2.
- (D) 2, 3, 1.
- (E) 3, 2, 1.

Questão 24

(Correta: A)

Conforme a Lei Complementar n.º 1.012/07 – Altera a Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978; a Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968; a Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão decorrente desta lei complementar, sem exceção.
- (B) Na falta de decisão judicial com trânsito em julgado reconhecendo a união estável, o companheiro ou companheira deverá comprová-la conforme estabelecido em norma regulamentar.
- (C) O pagamento do benefício retroagirá à data do óbito, quando requerido em até 60 (sessenta) dias depois deste.
- (D) A perda da qualidade de dependente pelo pensionista implica na extinção de sua quota de pensão, admitida a reversão da respectiva quota somente de filhos para cônjuge ou companheiro ou companheira e destes para aqueles.
- (E) A invalidez ou a incapacidade supervenientes à morte do servidor não conferem direito à pensão, exceto se tiverem início durante o período em que o dependente usufruía o benefício.

Questão 25

(Correta: C)

Conforme a Lei Complementar n.º 1.305, de 20 de setembro de 2017 – Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.A idade-limite para permanência do militar no serviço ativo é de 65 (sessenta e cinco) anos.

II.A idade-limite de permanência na reserva é de 50 (cinquenta) anos.

III.O militar que tiver atingido a idade-limite de permanência na reserva será reformado.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Relacionamento com o Segurado

Questão 26

(Correta: D)

De acordo com a Lei n.º 10.294/1999 que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo, sobre os direitos básicos do usuário, assinale com V para verdadeiro e F para falso:

- (__) São direitos básicos do usuário a informação.
- (__) São direitos básicos do usuário a qualidade na prestação do serviço.
- (__) São direitos básicos do usuário o controle adequado do serviço público.

Marque a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) F - V - V.
- (B) V - F - F.
- (C) V - F - V.
- (D) V - V - V.
- (E) V - V - F.

Questão 27

(Correta: B)

De acordo com a Portaria SPPREV n.º 372/2022 que Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2023, sobre o recadastramento, assinale com V para verdadeiro e F para falso:

(__) O documento de identificação original a ser apresentado pelo beneficiário no momento do recadastramento deverá estar em bom estado de conservação e com foto que permita identificar o beneficiário.

(__) O recadastramento não poderá ser realizado mediante procuração outorgada pelo beneficiário, salvo exceções prevista na norma regulamentadora, se houver.

(__) O recadastramento poderá ser realizado por meio de "curador de bens do ausente", assim declarado judicialmente.

Marque a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) V - F - F.
- (B) V - V - F.

- (C) F - F - F.
- (D) V - V - V.
- (E) F - V - F.

Questão 28

(Correta: A)

De acordo com o Decreto nº60.435/2014 que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas, sobre os descontos obrigatórios, analise as

sentenças a seguir:

I- São considerados descontos obrigatórios a reposição, restituição e indenização ao erário.

II- São considerados descontos obrigatórios a contribuição previdenciária relativa ao Regime Geral de Previdência Social e ao Regime Próprio de Previdência Social.

III- São considerados descontos obrigatórios o imposto de renda.

Marque a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) As sentenças I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as sentenças II e III estão corretas.
- (C) Somente a sentença II está correta.
- (D) Somente a sentença III está correta.
- (E) Somente as sentenças I e III estão corretas.

Questão 29

(Correta: A)

De acordo com o Decreto nº60.435/2014 que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica e dá providências correlatas, sobre as entidades consignatárias admitidas, assinale com V para verdadeiro e F para falso:

(___) As entidades de classe representativas de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos ou reformados ou de pensionistas da administração direta e autárquica.

(___) As entidades constituídas por servidores públicos civis e militares, ativos, inativos ou reformados ou por pensionistas da administração direta e autárquica, sem finalidades lucrativas, com caráter filantrópico, educativo e/ou de assistência social.

(___) As Instituições Bancárias.

Marque a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) V - V - V.
- (B) V - F - V.
- (C) V - V - F.

- (D) F - V - F.
- (E) F - V - V.

Questão 30

(Correta: B)

De acordo com Decreto nº 60.435/2014, por infringência às disposições constantes nesta norma regulamentadora, marque a alternativa que versa corretamente sobre a penalidade, dentre outras, o qual poderá ser aplicada às entidades consignatárias.

- (A) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização;
- (B) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização.
- (C) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização.
- (D) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados dessa notificação, para a sua regularização;
- (E) A entidade será advertida e multada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total consignado no mês anterior à notificação e terá o prazo indeterminado para a sua regularização.

Questão 31

(Correta: B)

De acordo com Decreto nº 60.435/2014, por infringência às disposições constantes nesta norma regulamentadora, marque a alternativa que versa corretamente sobre o prazo para às entidades consignatárias poder solicitar novo credenciamento.

- (A) A entidade consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.
- (B) A entidade consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.
- (C) A entidade consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

- (D) A entidade consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 3 (três) anos, contados a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.
- (E) A entidade consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 4 (quatro) anos, contados a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado.

Questão 32

(Correta: D)

De acordo com Portaria SPPREV n.º 372/2022, o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares do Estado de São Paulo poderá ser realizado no Banco do Brasil em qualquer agência localizada no território brasileiro ou por outro meio eletrônico ou digital a ser disponibilizado pela instituição bancária. Em qual mês esse procedimento deverá ser realizado? Marque a alternativa correta.

- (A) O recadastramento deverá ser realizado no mês seguinte do aniversário do beneficiário, exceto o universitário.
- (B) O recadastramento deverá ser realizado após 3 meses do mês do aniversário do beneficiário, exceto o universitário.
- (C) O recadastramento deverá ser realizado após 6 meses do mês do aniversário do beneficiário, exceto o universitário.
- (D) O recadastramento deverá ser realizado no mês do aniversário do beneficiário, exceto o universitário.
- (E) O recadastramento deverá ser realizado no mês anterior ao aniversário do beneficiário, exceto o universitário.

Questão 33

(Correta: A)

De acordo com Portaria SPPREV n.º 372/2022, ultrapassado o período de _____, sem a realização do recadastramento anual, é obrigatório que os beneficiários compareçam à sede ou aos escritórios regionais da SPPREV para se recadastrarem. Ademais, para os que residem em locais onde não existam escritórios regionais da SPPREV e que não podem comparecer ao escritório mais próximo, deverá ser enviada declaração, nos termos exigidos na norma regulamentadora. Marque a alternativa que preenche a lacuna corretamente.

- (A) 6 meses após o mês de seu aniversário.
- (B) 5 meses após o mês de seu aniversário.
- (C) 3 meses após o mês de seu aniversário.
- (D) 4 meses após o mês de seu aniversário.
- (E) 2 meses após o mês de seu aniversário.

Administração e Finanças

Questão 34

(Correta: B)

De acordo com a Lei complementar nº 1.058/2008 que institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributivo e dá providências correlatas, marque a alternativa correta sobre qual é o regime jurídico dos empregados da São Paulo Previdência-SPPREV.

- (A) O regime jurídico dos empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV é o da PJ (Pessoa Jurídica) e/ou Estatutário.
- (B) O regime jurídico dos empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- (C) O regime jurídico dos empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV é o Estatutário.
- (D) O regime jurídico dos empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV é o da PJ (Pessoa Jurídica).
- (E) O regime jurídico dos empregados da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV poderá ser o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e/ou pelo Estatutário.

Questão 35

(Correta: A)

Progressão é a passagem do emprego público de um grau para o imediatamente superior, dentro da respectiva classe, mediante avaliação de desempenho a ser regulamentada por ato específico da SPPREV, aprovado pelo Conselho de Administração da entidade. Marque a alternativa CORRETA que corresponde ao interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público.

- (A) O interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público, serão de 3 (três) anos.
- (B) O interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público, serão de 2 (dois) anos.
- (C) O interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público, serão de 5 (cinco) anos.

- (D) O interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público, serão de 4 (quatro) anos.
- (E) O interstício mínimo para concorrer à progressão, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado público no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público, será de 1 (um) ano.

Questão 36

(Correta: E)

O "POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão" é o Programa do Governo do Estado de São Paulo que se caracteriza pela inovação nas maneiras de atender ao cidadão, na busca de transformações essenciais a qualidade dos serviços prestados pelos diversos órgãos e entidades públicos. Aos prestadores deste serviço obtém-se a concessão da gratificação pelo Desempenho de Atividades no POUPATEMPO - GDAP. A concessão desta gratificação far-se-á:

- (A) Mediante ato exclusivo dos Superintendentes.
- (B) Mediante ato exclusivo dos Secretários de Estado.
- (C) Mediante ato exclusivo dos Secretários de Estado, ou do Procurador Geral do Estado.
- (D) Mediante ato exclusivo do Procurador Geral do Estado.
- (E) Mediante ato dos Secretários de Estado, do Procurador Geral do Estado ou dos Superintendentes.

Questão 37

(Correta: B)

Sobre o Decreto nº 58.078/2012 que estabelece normas e critérios para fins de concessão do Prêmio de Incentivo à Qualidade Previdenciária - PIQPREV, marque a alternativa correta quanto ao responsável pela efetivação da portaria concessora do PIQPREV.

- (A) A concessão do PIQPREV será efetivada por portaria do Diretor de Benefícios - Militares da SPPREV.
- (B) A concessão do PIQPREV será efetivada por portaria do Diretor Presidente da SPPREV.
- (C) A concessão do PIQPREV será efetivada por portaria do Diretor de Administração e Finanças da SPPREV.
- (D) A concessão do PIQPREV será efetivada por portaria do Diretor de Relacionamento com o Segurado da SPPREV.
- (E) A concessão do PIQPREV será efetivada por portaria do Diretor de Benefícios - Servidores Públicos da SPPREV.

Questão 38

(Correta: D)

De acordo com o Decreto nº 52.054/2007 marque a

alternativa correta que corresponde a jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de quarenta horas semanais de serviço.

- (A) A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de quarenta horas semanais de serviço será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos dentro da faixa horária compreendida entre oito e dezoito horas, de segunda a sábado, com intervalo de uma hora para alimentação e descanso.
- (B) A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de quarenta horas semanais de serviço será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos dentro da faixa horária compreendida entre oito e dezoito horas, de segunda a sexta-feira, com intervalo de uma hora para alimentação e descanso.
- (C) A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de quarenta horas semanais de serviço será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos dentro da faixa horária compreendida entre oito e dezoito horas, de segunda a sábado, com intervalo de duas horas para alimentação e descanso.
- (D) A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de quarenta horas semanais de serviço será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos dentro da faixa horária compreendida entre oito e dezoito horas, de segunda a sexta-feira, com intervalo de duas horas para alimentação e descanso.
- (E) A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de quarenta horas semanais de serviço será cumprida, obrigatoriamente, em um período dentro da faixa horária compreendida entre oito e dezesseis horas, de segunda a sexta-feira, sem intervalo para alimentação e descanso.

Questão 39

(Correta: B)

Marque a alternativa correta sobre o método utilizado para apurar a frequência diária dos servidores da SPPREV (São Paulo Previdência)

- (A) A frequência dos servidores da SPPREV será apurada pelo registro retratista e pelo seu desempenho diário.
- (B) A frequência diária dos servidores da SPPREV será apurada pelo registro de ponto.
- (C) A frequência dos servidores da SPPREV será apurada pelo seu desempenho diário.
- (D) A frequência diária dos servidores da SPPREV será apurada pelo registro retratista.
- (E) A frequência diária dos servidores da SPPREV será apurada pela sua declaração tácita.

Questão 40

(Correta: A)

Marque a alternativa CORRETA sobre os abonos das faltas ao serviço dos trabalhadores da SPPREV (São

Paulo Previdência).

- (A) Poderão ser abonadas as faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo a uma por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, a critério do superior imediato do servidor.
- (B) Poderão ser abonadas as faltas ao serviço, até o máximo de doze por ano, não excedendo a três por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, a critério do superior imediato do servidor.
- (C) Poderão ser abonadas as faltas ao serviço, até o máximo de doze por ano, não excedendo a uma por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, a critério do superior imediato do servidor.
- (D) Poderão ser abonadas as faltas ao serviço, até o máximo de doze por ano, não excedendo a duas por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, a critério do superior imediato do servidor.
- (E) Poderão ser abonadas as faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo a duas por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, a critério do superior imediato do servidor.

Questão 41

(Correta: D)

Nos moldes do Decreto nº 52.054/2007 que dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço. Marque a alternativa CORRETA sobre a quantidade de vezes por mês que o servidor poderá entrar com atraso, nunca superior a quinze minutos na unidade onde estiver em exercício, desde que compense o atraso no mesmo dia, sem desconto em seu vencimento, salário ou remuneração.

- (A) Poderá o servidor até duas vezes por mês.
- (B) Poderá o servidor até seis vezes por mês.
- (C) Poderá o servidor até quatro vezes por mês.
- (D) Poderá o servidor até cinco vezes por mês.
- (E) Poderá o servidor até três vezes por mês.

Questão 42

(Correta: D)

As atividades e atribuições dos empregados da São Paulo Previdência poderão ser executadas fora de suas dependências físicas, de forma remota, sob o regime de teletrabalho, observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidas na Portaria SPPREV n.º 437/2018. Fixado essa premissa, nos moldes da portaria supracitada, classifique **V** para as sentenças VERDADEIRAS e **F** para as FALSAS:

() Entende-se por regime de teletrabalho, a modalidade de prestação de serviços em que o empregado público executa parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas da entidade de lotação e em local adequado às condições de

privacidade e segurança exigidas pelo serviço, por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação.

() As atividades externas do empregado público, em razão da natureza do cargo, emprego ou das atribuições do órgão, não se enquadram no conceito de teletrabalho.

() A prestação de serviços em regime de teletrabalho deverá ser cumprida em localidade com distância nunca superior a 100 (cem) quilômetros do município onde se encontra instalada a sede da São Paulo Previdência - SPPREV.

() O regime do teletrabalho não poderá prejudicar o atendimento ao público, bem como as demais atividades para as quais a presença física seja estritamente necessária.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V - F - F - V.
- (B) F - V - V - V.
- (C) V - F - V - V.
- (D) V - V - V - V.
- (E) V - V - F - V.

Questão 43

(Correta: D)

Marque a alternativa correta sobre a participação do regime de teletrabalho na SPPREV (São Paulo Previdência).

- (A) A autorização para participação no regime de teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada a critério do gestor imediato e mediato.
- (B) A autorização para participação no regime de teletrabalho será por tempo indeterminado, a critério do gestor imediato e mediato.
- (C) A autorização para participação no regime de teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogada a critério do gestor imediato e mediato.
- (D) A autorização para participação no regime de teletrabalho será por tempo determinado, com prazo máximo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada a critério do gestor imediato e mediato.
- (E) A autorização para participação no regime de teletrabalho será por tempo indeterminado, a critério exclusivo do gestor imediato.

Questão 44

(Correta: C)

Sobre o auxílio por incapacidade temporária é **CORRETO** afirmar:

- (A) Não cabe à empresa que dispuser de serviço médico próprio ou em convênio o exame médico e o abono das faltas correspondentes aos primeiros quinze dias de afastamento.
- (B) Durante os primeiros quinze dias, consecutivos ou não, de afastamento da atividade por motivo de incapacidade temporária, compete ao INSS pagar o salário ao segurado empregado.
- (C) Durante os primeiros quinze dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de incapacidade temporária, compete à empresa pagar o salário ao segurado empregado.
- (D) Quando a incapacidade ultrapassar o período de quinze dias, consecutivos ou não, o segurado será encaminhado ao INSS e ao laboratório da empresa para avaliação médico-pericial.
- (E) Durante os primeiros quinze dias, consecutivos ou não, de afastamento da atividade por motivo de incapacidade temporária, compete à empresa pagar o salário ao segurado empregado.

Questão 45

(Correta: B)

Sobre o salário-maternidade, nos termos do Decreto n.º 3.048/1999, é correto afirmar:

- (A) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e vinte dias, com início vinte e nove dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista em norma regulamentadora.
- (B) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e vinte dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista em norma regulamentadora.
- (C) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e vinte dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, não podendo ser prorrogado.
- (D) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e trinta dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista em norma regulamentadora.
- (E) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e trinta dias, com início vinte e nove dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista em norma regulamentadora.

Questão 46

(Correta: A)

Diversas são as modalidades de licitação, no que tange a Lei n.º 8.666/1993 podemos citar algumas, dentre elas: **concorrência, concurso e leilão**. Sobre essas três modalidades associe os itens (coluna 01 x coluna 02), utilizando o código a seguir:

Coluna 01

I - Concorrência

II - Concurso

III - Leilão

Coluna 02

(__) Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

(__) Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior retorno econômico e maior desconto.

(__) Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) III - I- II.
- (B) III - II- I.
- (C) II - I- III.
- (D) II - III- II.
- (E) I - II- III.

Conteúdo Geral

Questão 47

(Correta: A)

De acordo com a Lei Complementar n.º 10.294/1999 – Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A notificação, a intimação ou o aviso relativos à decisão administrativa, que devam ser formalizados por meio de publicação no órgão oficial, somente serão feitos a partir do dia em que o respectivo processo estiver disponível para vista do interessado, na repartição competente.
- (B) Os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) O direito à informação será sempre assegurado, mesmo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal.
- (D) O planejamento e o desenvolvimento de programas de capacitação gerencial e tecnológica, na área de recursos humanos, aliados a utilização de equipamentos modernos, são dispensáveis à boa qualidade do serviço público.
- (E) O processo administrativo para apuração de ato ofensivo às normas desta lei compreende quatro fases: instauração, instrução, decisão e cumprimento de pena.

Questão 48

(Correta: A)

De acordo com a Lei n.º 12.527/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É facultativo aos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (B) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

- (C) Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
- (D) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- (E) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Questão 49

(Correta: D)

De acordo com a Portaria SPPREV 188/2010 – Institui a Ouvidoria na São Paulo Previdência., analise as assertivas e identifique as corretas:

I.O Ouvidor será um servidor da São Paulo Previdência, já designado por ato do Diretor Presidente.

II.O Ouvidor deve reportar-se diretamente ao dirigente do órgão no exercício de suas funções e atuar em parceria com os agentes públicos a fim de promover a qualidade do serviço, a busca da eficiência e da austeridade administrativa.

III.A Ouvidoria se pautará pelos princípios do sigilo, formalidade e celeridade.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 50

(Correta: A)

Considere as afirmativas relacionadas o Decreto n.º 64.355/2019 – Institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança Digital e dá providências correlatas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

São objetivos do Programa SP Sem Papel:

(__) Produzir documentos e processos eletrônicos com segurança, sigilo, sem gastos, sustentabilidade ambiental e, sempre que possível, de forma heterogeneizada.

(__) Imprimir maior eficácia e celeridade aos processos administrativos.

(__) Assegurar a proteção da autoria, da autenticidade, da integridade, da disponibilidade e da legibilidade de documentos digitais, observadas as disposições da Lei

Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

(__)Assegurar a gestão, a preservação e a segurança de documentos e processos eletrônicos no tempo.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) V, V, V, V.